

NOTAS: 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) O Limite Máximo foi estipulado conforme Ato Conjunto TST.CSJIT nº 30, de 26 de agosto de 2013.

Min. ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA
Presidente do Tribunal

GUSTAVO CARIBÉ DE CARVALHO
Diretor-Geral da Secretaria

VALMIR ALMEIDA NOBRE
Secretário de Auditoria
Substituto

DIRLEY SÉRGIO DE MELO
Secretário de Administração

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATO NORMATIVO Nº 891, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025

Aprova o relatório de Gestão Fiscal referente ao período de setembro de 2024 a agosto de 2025.

O MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do art. 6º, c/c o inciso I do art. 7º, ambos do Regimento Interno, e,

CONSIDERANDO o art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que "Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências" (Lei de Responsabilidade Fiscal);

CONSIDERANDO a Decisão nº 1.099/2002-TCU-Plenário, de 28 de agosto de 2002, sobre o cumprimento das exigências de publicação e encaminhamento ao TCU dos Relatórios de Gestão Fiscal por parte dos poderes e órgãos da esfera federal;

CONSIDERANDO o Ato Normativo STM nº 676, de 9 de novembro de 2023, que "Dispõe sobre as responsabilidades e procedimentos de elaboração do Relatório de Gestão Fiscal, em atendimento aos artigos 54 e 55, da Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e dá outras providências"; e

CONSIDERANDO a Portaria STN/MF nº 2.116, de 19 de setembro de 2025, sobre a publicação do demonstrativo da Receita Corrente Líquida (RCL) dos últimos 12 (doze) meses, referente ao 2º quadrimestre de 2025, período de setembro de 2024 a agosto de 2025, resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União, referente ao período de setembro de 2024 a agosto de 2025, constante do Anexo Único deste Ato Normativo.

Art. 2º Este Ato Normativo entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar FRANCISCO JOSELI PARENTE CAMELO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2024 A AGOSTO/2025

Anexo I - (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL		DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)		TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
		LIQUIDADAS																
		SET/2024	OUT/2024	NOV/2024	DEZ/2024	JAN/2025	FEV/2025	MAR/2025	ABR/2025	MAI/2025	JUN/2025	JUL/2025	AGO/2025	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)				
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	39.602.484,87	41.677.211,68	66.605.009,58	59.272.007,94	47.486.497,37	45.425.075,91	47.707.690,75	47.762.599,98	47.726.267,52	60.713.059,67	44.564.611,39	45.215.090,96	593.757.607,62	14.603.586,38	608.361.194,00			
Pessoal Ativo	21.552.841,88	23.384.755,34	38.005.009,83	39.874.381,51	28.045.269,21	25.661.103,74	28.243.365,06	28.400.617,09	28.430.329,48	32.942.455,74	25.470.961,67	25.937.527,68	345.948.618,23	10.140.762,42	356.089.380,65			
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	18.258.802,46	20.034.191,29	30.931.031,36	36.383.744,90	24.651.802,14	22.070.490,28	24.628.695,00	24.763.151,68	24.798.318,12	29.323.137,18	21.849.406,75	22.317.776,89	300.010.548,05	7.140.762,42	307.151.310,47			
Obrigações Patronais	3.294.039,42	3.350.564,05	7.073.978,47	3.490.636,61	3.393.467,07	3.590.613,46	3.614.670,06	3.637.465,41	3.632.011,36	3.619.318,56	3.621.554,92	3.619.750,79	45.938.070,18	3.000.000,00	48.938.070,18			
Pessoal Inativo e Pensionistas	18.049.642,99	18.292.456,34	28.599.999,75	19.397.626,43	19.441.228,16	19.763.972,17	19.464.325,69	19.361.982,89	19.295.938,04	27.770.603,93	19.093.649,72	19.277.563,28	247.808.989,39	4.462.823,96	252.271.813,35			
Aposentadorias, Reserva e Reformas	10.742.880,78	10.948.379,18	17.630.694,14	11.954.862,23	11.861.844,79	11.939.842,05	11.636.122,47	11.594.600,09	11.547.304,16	16.258.173,19	11.447.567,49	11.615.662,58	149.177.933,15	594.784,02	149.772.717,17			
Pensões	7.306.762,21	7.344.077,16	10.969.305,61	7.442.764,20	7.579.383,37	7.824.130,12	7.828.203,22	7.767.382,80	7.748.633,88	11.512.430,74	7.646.082,23	7.661.900,70	98.631.056,24	3.868.039,94	102.499.096,18			
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)																		
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	18.041.837,60	18.291.026,09	30.758.796,34	19.731.782,02	162.333,91	243.574,28	19.668.669,60	19.348.588,65	19.367.433,40	27.745.020,68	1.710.049,54	96.532,03	175.165.644,14	4.444.468,14	179.610.112,28			
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	5.335,52	5.335,52	5.335,52	5.335,52	5.335,52	5.335,52	492,25	5.335,52	5.335,52	5.335,52	5.335,52	5.335,52	59.182,97	0,00	59.182,97			
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	4.459,26	0,00	3.120.118,80	12.965.638,09	156.998,39	238.238,76	214.770,37	12.189,01	73.520,20	0,00	144.282,58	66.330,05	16.996.545,51	726.893,85	17.723.439,36			
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	18.032.042,82	18.285.690,57	27.633.342,02	6.760.808,41	0,00	0,00	19.453.406,98	19.331.064,12	19.288.577,68	27.739.685,16	1.560.431,44	24.866,46	158.109.915,66	3.717.574,29	161.827.489,95			
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	21.560.647,27	23.386.185,59	35.846.213,24	39.540.225,92	47.324.163,46	45.181.501,63	28.039.021,15	28.414.011,33	28.358.834,12	32.968.038,99	42.854.561,85	45.118.558,93	418.591.963,48	10.159.118,24	428.751.081,72			
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR		% SOBRE A RCL															

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.518.925.094.175,61	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (A) + (B)	428.751.081,72	0,028227%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.223.889.083,88	0,080576%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.162.694.629,69	0,076547%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.101.500.175,49	0,072518%

FONTE: Tesouro Gerencial, Justiça Militar da União, 08/09/2025, 11h21min.

Nota 1. Nos demonstrativos elaborados no 1º e 2º quadrimestres de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Nota 2. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Nota 3. Limite Legal da JMU = 0,080576% e Limite Prudencial da JMU = 0,076547% conforme Resolução CNJ nº 177/2013.

Nota 4. Durante os meses de janeiro e fevereiro de 2025, a fonte 1056 não foi utilizada para pagamento da Despesa de Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados, de forma que esse valores não puderam ser deduzidos das Despesas com Pessoal, o que aumentou a base de cálculo para apuração dos limites dessa despesa, conforme estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nota 5. Nos meses de março e de agosto de 2025, foram contabilizados em "Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração" os valores de R\$ 191.488,90 e de R\$ 6.968,01, respectivamente, relativos a despesas com inativos, de natureza de despesa detalhada 31909291, em consonância com a Metodologia de Elaboração dos Demonstrativo Fiscais constante do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal Consolidado - dez/2024 e Portaria STN nº 699, de 7 de julho de 2023. Essa metodologia inclui, em "Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração", o grupo de despesa "1" e o Elemento de Despesa "92", excetuando-se as fontes de recursos "023", "024", "055" e "056, cujas naturezas de despesa contenham os seguintes termos: "APOSENT", "INAT", "REFORM", "PEN", os quais devem ser contabilizadas em "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados.

Ten Brig Ar FRANCISCO JOSELI PARENTE CAMELO
Presidente do Tribunal
Em exercício

JOSÉ CARLOS NADER MOTTA
Diretor-Geral

CAMILO REY LAURETO
Diretor de Orçamento e Finanças

VALDEMIR REGIS FERREIRA DE OLIVEIRA
Assessor de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

PORTARIA PRES/TRF2 Nº 663, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições, em atendimento ao disposto no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, e considerando, ainda, o que consta no Processo nº 0009244-40.2025.4.02.8000, resolve:

APROVAR o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 2ª Região, referente ao 2º quadrimestre de 2025, na forma do anexo, bem como autorizar sua publicação e disponibilização por meio eletrônico, conforme previsto no art. 55, § 2º, da referida lei.

LUIZ PAULO DA SILVA ARAÚJO FILHO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º e 2º GRAUS DA 2ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2024 A AGOSTO/2025

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														R\$1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)
	LIQUIDADAS													
	SET/2024	OUT/2024	NOV/2024	DEZ/2024	JAN/2025	FEV/2025	MAR/2025	ABR/2025	MAI/2025	JUN/2025	JUL/2025	AGO/2025	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	155.726.004,58	177.683.068,74	242.907.325,38	168.285.029,07	223.550.354,33	170.517.964,39	168.834.574,30	167.376.375,43	171.565.767,51	171.859.943,40	172.754.480,77	174.093.836,83	2.165.154.724,73	14.910.147,15
Pessoal Ativo	122.097.910,25	138.394.087,34	192.180.310,24	128.729.411,89	172.900.771,92	134.405.362,64	132.500.938,04	131.028.180,76	135.194.560,66	135.172.606,91	135.682.381,31	137.120.505,96	1.695.407.027,92	11.149.337,39
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	102.100.437,28	116.632.860,27	152.143.690,58	108.694.590,23	152.903.043,44	112.818.128,88	111.040.650,56	109.627.654,89	113.385.224,79	113.558.160,83	114.079.758,86	115.519.578,39	1.422.503.779,00	10.870.880,39
Obrigações Patronais	19.997.472,97	21.761.227,07	40.036.619,66	20.034.821,66	19.997.728,48	21.587.233,76	21.460.287,48	21.400.525,87	21.809.335,87	21.614.446,08	21.602.622,45	21.600.927,57	272.903.248,92	278.457,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	33.628.094,33	39.288.981,40	50.727.015,14	39.555.617,18	50.649.582,41	36.112.601,75	36.333.636,26	36.348.194,67	36.371.206,85	36.687.336,49	37.072.099,46	36.973.330,87	469.747.696,81	3.760.809,76
Aposentadorias, Reserva e Reformas	27.504.159,97	32.753.699,14	41.513.137,94	33.065.653,60	41.399.503,99	29.477.036,17	29.844.054,12	29.899.168,17	29.925.004,62	30.083.780,66	30.551.590,69	30.441.170,04	386.457.959,11	3.272.498,60
Pensões	6.123.934,36	6.535.282,26	9.213.877,20	6.489.963,58	9.250.078,42	6.635.565,58	6.489.582,14	6.449.026,50	6.446.202,23	6.603.555,83	6.520.508,77	6.532.160,83	83.289.737,70	488.311,16
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)													0,00	
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente													0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	34.176.070,06	54.848.955,19	37.698.949,32	11.384.697,34	54.097.364,81	36.257.836,93	36.670.534,69	36.626.217,75	36.551.320,92	36.864.344,05	37.132.417,70	37.092.156,80	449.400.865,56	2.625.894,79
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	137.149,88	95.265,98	0,00	44.691,49			84.939,60	0,00	45.849,93	98.094,58	0,00	46.294,15	552.285,61	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	177.165,07	190.172,98	433.739,08	279.640,69	284.722,10	193.415,19	188.903,32	189.266,95	192.191,53	176.077,56	173.440,91	181.242,45	2.659.977,83	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	288.822,16	15.642.504,47	-8.892,20	10.739.824,54	3.218.427,61	12.323,98	120.991,16	146.691,78	8,26	6.202,33	1.110,50	0,00	30.168.014,59	1.946.409,46
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	33.572.932,95	38.921.011,76	37.274.102,44	320.540,62	50.594.215,10	36.052.097,76	36.275.700,61	36.290.259,02	36.313.271,20	36.583.969,58	36.957.866,29	36.864.620,20	416.020.587,53	679.485,33

